

TEMÁTICA LIVRE

Parlamentos subnacionais em tempos de extrema direita: um estudo sobre a percepção dos(as) jornalistas das TVs Legislativas Estaduais¹

Subnational parliaments in times of the far right: a study on the perception of journalists from State Legislative TV Stations

Edição v. 45
número 2 / 2026

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 45 (2)
mai/2026-ago/2026

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

BRUNA MASTRELLA

Universidade de Brasília (UNB) – Brasília, Distrito Federal, BRA.
E-mail: brunamastrella@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1972-6920>

LIZIANE GUAZINA

Universidade de Brasília (UNB) – Brasília, Distrito Federal, BRA.
E-mail: lguazina@unb.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4765-6918>

1 O artigo é parte da tese Parlamentos subnacionais em tempos de extrema direita: um estudo sobre as TVs Legislativas Estaduais, da primeira autora, defendida em fevereiro de 2026 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/55510>.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MASTRELLA, Bruna; GUAZINA, Liziane. Parlamentos subnacionais em tempos de extrema direita: um estudo sobre a percepção dos(as) jornalistas das TVs Legislativas Estaduais. **Contracampo**, Niterói, v. 45, n. 2, p. 01-19, mai./ago. 2026.

Submissão em: 4/12/2025; Revisor A: 19/03/2026, Revisor B: 20/03/2026, Revisor C: 13/05/2026
| Dados dos pareceres da segunda rodada - Revisor A: 09/07/2026, Revisor B: 26/06/2026, Aceite em: 17/07/2026

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v45i2.69992>



Resumo

Este trabalho investiga como o avanço da extrema direita no Brasil repercute nas TVs Legislativas Estaduais – emissoras do campo público da comunicação. A pesquisa é feita a partir da percepção dos(as) jornalistas que trabalham nestas emissoras. O objetivo é compreender se um contexto político mais reacionário influencia as decisões editoriais desses canais e as rotinas produtivas de seus jornalistas. O estudo combina a aplicação de um survey, observação participante em três assembleias legislativas e entrevistas em profundidade. A análise dos dados evidencia um rebaixamento dos discursos públicos, mais dilemas éticos e editoriais e que, embora haja interferências e subordinação nestes canais, há também estratégias de autonomia e resistência. Contudo, essas influências são relativas, pois entre as emissoras do Nordeste esses obstáculos foram menos relatados.

Palavras-chaves

TV Legislativa; extrema direita; populismo autoritário; radiodifusão pública; assembleia legislativa.

Abstract

This paper investigates how the rise of the far right in Brazil has affected Legislative TV channels — broadcasters within the field of public communication. The research is based on the perceptions of journalists who work at these stations. Its objective is to understand whether a more reactionary political context influences the editorial decisions of these channels and the production routines of their journalists. The study combines a survey, a participant observation conducted in three state legislative assemblies, and in-depth interviews. The data analysis shows a decline in the quality of public discourse and an increase in ethical and editorial dilemmas. It also demonstrates that although there are forms of interference and subordination within these channels, there are also strategies of autonomy and resistance. However, these influences are relative since these obstacles were reported less frequently among broadcasters in Brazil's Northeast region.

Keywords

Legislative TV; far right; authoritarian populism; public broadcasting; legislative assembly.

Introdução

Desde a redemocratização, os parlamentos brasileiros nunca estiveram tão conservadores e reacionários como agora. As eleições de 2018 chamaram atenção para esse processo, que se acentuou ainda mais no disputado pleito de 2022. Partidos de direita ocupam mais de 60% das cadeiras do Congresso Nacional, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), enquanto o centro se viu esvaziado e o campo progressista, enfraquecido numericamente, embora tenha conquistado mais representatividade nos estados. Com algumas exceções, sobretudo no Nordeste, as assembleias legislativas (ALs) replicam esse cenário conservador e polarizado.

Enquanto em 2018 os partidos de direita formaram as maiores bancadas de 11 ALs, a partir de 2022 esse número passou para 16. Dos(as) 1059 deputados(as) estaduais eleitos(as), 552 (52,12%) são de partidos de direita¹. As legendas que elegeram mais candidatos(as) também são indicativos desse processo de “endireitamento”. O Partido Liberal (PL), assim como na Câmara dos Deputados, se tornou a maior bancada nas ALs: 43 parlamentares eleitos em 2018 (quando ainda se chamava Partido da República - PR) contra 129 em 2022. Republicanos e Partido Progressistas (PP), que formaram coligação com o PL e têm sido o núcleo duro do bolsonarismo, também ampliaram cadeiras nas ALs em comparação com 2018.

Já o Partido dos Trabalhadores (PT) saltou de 85 para 118 deputados estaduais em 2022, conquistando, assim, a segunda maior bancada das ALs. Esse êxito, contudo, não se aplica a nenhuma outra sigla de esquerda e centro-esquerda, com exceção do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), que teve uma discreta ampliação. Somados, partidos de esquerda conseguiram eleger apenas 28,59% dos(as) deputados(as) estaduais (Camargo et al., 2022). Esse breve panorama não significa apenas implicações para os arranjos político-partidários e eleitorais locais. Ele indica as ideologias dominantes, os projetos de poder em curso e, principalmente, influencia a produção legislativa. Como estruturas pertencentes ao Poder Legislativo, as TVs Legislativas Estaduais (TVLs) têm seu funcionamento marcado por essas diferentes correlações de força.

Partindo dessas considerações, este trabalho investiga como o avanço da extrema direita repercute no trabalho dos jornalistas nas emissoras legislativas estaduais. Pretende-se responder como este cenário político mais reacionário é percebido por esses profissionais. Metodologicamente, combinamos a aplicação de um questionário on-line, com entrevistas em profundidade e observação participante. A fundamentação teórica é feita a partir do conceito de populismo autoritário – um quadro de referência útil para se compreender o recrudescimento da extrema direita no Brasil. Conclui-se que parlamentos mais reacionários trazem mais zonas de tensões às TVLs e são percebidas negativamente pelos jornalistas. Os profissionais relatam o empobrecimento dos debates públicos, mais dilemas éticos e dificuldades de tomar decisões editoriais, e que, apesar de mais episódios de subordinação das equipes, há também estratégias de resistência.

Apesar da baixa clareza ideológica e programática dos partidos políticos brasileiros (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023), por polarizado e reacionário nos referimos a partidos autodeclarados de centro-direita e direita que cultivam, ainda que em diferentes níveis, práticas, valores e discursos imoderados (Rocha, 2021; Nobre, 2022; Borges, 2024; Caldeira Neto; Forti, 2023). Trata-se de um bloco político-ideológico hoje reunido em torno da extrema direita, que demonstra despreço por princípios basilares da democracia liberal, como a soberania popular, o princípio da maioria e a igualdade política, desqualificam instituições democráticas e a divisão de poderes (Mudde, 2019; Barros; Lago, 2022).

Há um vasto conjunto de pesquisas que busca compreender como a imprensa mainstream e jornalistas do segmento reagem a esse cenário polarizado e quais os enquadramentos adotados para tratar o assunto (Silva et al., 2020; Coimbra et al., 2021; Guerreiro, 2023). Por outro lado, não se encontra

1 Fonte: DivulgaCand. Disponível em <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/home>

interesse semelhante em relação aos veículos do campo público da comunicação. Esta investigação pretende preencher essa lacuna ao trabalhar uma proposta de pesquisa ainda pouco explorada academicamente. Espera-se, ainda, ampliar o entendimento sobre possíveis impactos do avanço da extrema direita em uma mídia que exerce uma função institucional, mas que também cultiva práticas e valores da comunicação pública.

A midiatização dos parlamentos no Brasil

As emissoras legislativas são entes públicos pertencentes às casas de leis, e têm a função de documentar e transmitir os trabalhos parlamentares. Elas foram instituídas há 31 anos pela Lei do Cabo (Brasil, 1995), que regulamentou o funcionamento dos serviços de TV a cabo no Brasil. A norma inovou ao trazer o princípio *must-carry* (ou carregamento obrigatório), que determina aos operadores desse serviço que ofertem acesso gratuito a um conjunto básico de canais.

A TVL de Minas Gerais foi a primeira TV Legislativa a ser fundada no Brasil e também na América Latina, em novembro de 1995, seguida pela TV Senado (1996). A midiatização dos legislativos brasileiros se acentuou a partir de 2005, com a conversão do sinal analógico para o digital. Hoje, as duas casas congressuais, as 26 ALs, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e centenas de câmaras municipais transmitem suas deliberações ao vivo. Além da transmissão em sinal digital, a maioria exibe sua programação por meio de *streaming* em seus portais na internet e, principalmente, no *YouTube*, o que permite à audiência o consumo sob demanda. Isso coloca as TVLs brasileiras dentro dos padrões atuais de consumo audiovisual (Lara; Silveira, 2023). Abaixo, todas as TVLs Estaduais em funcionamento:

Quadro 1 – Ano de fundação das TVLs Estaduais

Estado	Emissora	Fundação
Minas Gerais	TV Assembleia	1995
São Paulo	TV Alesp	1996
Rio Grande do Sul	TV Assembleia	1999
Santa Catarina	TV AL	1999
Amazonas	TV ALE	2000
Espírito Santo	TV Assembleia	2001
Mato Grosso	TV Assembleia	2001
Mato Grosso do Sul	TV Alems	2001
Pernambuco	TV Alepe	2002
Rio Grande do Norte	TV Assembleia	2003
Sergipe	TV Alese	2003
Paraíba	TV Assembleia	2004
Piauí	TV Alepi	2004
Rio de Janeiro	TV Alerj	2004
Ceará	TV Alece	2006
Goiás	TV Alego	2006
Pará	TV Alepa	2006
Alagoas	TV Assembleia	2007
Bahia	TV Alba	2007
Paraná	TV Sinal	2007
Rondônia	ALE TV	2010

Maranhão	TV Alema	2011
Acre	TV Aleac	2012
Amapá	TV Alap	2012
Tocantins	TV Assembleia	2012
Roraima	TV Assembleia	2015
Distrito Federal	TV Câmara Distrital	2021

Fonte: elaboração própria

Transmitir ao vivo e sem cortes as deliberações de um parlamento é uma prática consolidada independentemente do sistema de governo e da estrutura do Poder Legislativo, seja unicameral ou bicameral. O Canadá foi o primeiro país a televisionar de forma mais consistente as deliberações da *House of Commons*, em 1977, seguido pelos Estados Unidos, quando o canal *Cable-Satellite Public Affairs Network* (C-SPAN) realizou a primeira transmissão de uma sessão da *House of Representatives* (Crain; Goff, 1988).

O início do televisoramento dos trabalhos legislativos atendeu a algumas demandas, como a necessidade de os parlamentos estabelecerem um canal direto de comunicação com a sociedade sem passar pelos enquadramentos da imprensa e também a ampliação de mecanismos de publicidade, transparência e *accountability* dos atos oficiais do Poder Legislativo (Renault, 2004; Carvalho; Lemos, 2021).

O Brasil e outros países latino-americanos possuem um modelo singular em relação à maioria das TVLs, pois o próprio parlamento mantém equipes jornalísticas para alimentar a programação. A organização dos trabalhos das TVLs brasileiras segue a rotina produtiva de uma redação jornalística. Embora elas se apropriem de parâmetros hegemônicos do jornalismo, seus critérios editoriais e de noticiabilidade são adaptados às especificidades das rotinas legislativas mesmo porque são emissoras que cumprem uma função institucional também. Carvalho e Lemos (2021) entendem esse modelo como um meio de ampliação da transparência e da inteligibilidade acerca das deliberações legislativas, que seguem ritos complexos e são conhecidas pelo hermetismo.

No próximo tópico, abordaremos, de maneira breve, alguns elementos constituidores do populismo autoritário a fim de contextualizar o cenário no qual a pesquisa se insere. Ainda que as disputas em torno do termo não sejam algo recente, e as diferentes tradições sobre o populismo configure um traço importante do debate acadêmico nacional e internacional, vamos nos ater a autores recentes que têm contribuído para discutir o fenômeno no campo da comunicação política e, assim, levantar aspectos ideológicos que podem influir na comunicação institucional produzida pelos profissionais das casas legislativas.

Populismo autoritário no Brasil contemporâneo

Historicamente considerado um fenômeno político estigmatizado, exclusivo da América Latina, e até uma anomalia das democracias liberais, o populismo foi estudado de maneira superficial, segundo Urbinati (2019). Somente neste século, afirma a autora, é que se percebeu se tratar de um fenômeno com ocorrência em diferentes espectros políticos e países, o que motivou a ciência política a tratá-lo como um objeto de pesquisa merecedor de mais atenção e respaldo.

Mudde (2004) explica que o populismo é uma ideologia que considera a sociedade “fundamentalmente separada em dois grupos homogêneos e antagonistas, ‘o povo puro’ versus ‘a elite corrupta’, e que defende que a política deveria ser expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (Mudde, 2004, p.267). Segundo Laclau (2009), o populismo é uma estratégia discursiva que estabelece fronteiras políticas que dividem a sociedade entre os excluídos e os que estão no poder. Tanto a categoria

‘povo’ quanto ‘elite’ são indeterminadas, o que significa que podem assumir diferentes representações. Elas devem ser entendidas como identidades coletivas que se unem em torno de reivindicações não atendidas (Laclau, 2009).

Uma prática política é populista, argumenta o autor, quando opera dentro da lógica dual de divisão do espaço social e não porque possui conteúdo ideológico e político específico. Mouffe (2020) acrescenta que o populismo não tem um conteúdo programático definido e, portanto, não pode ser considerado um regime político. Os aspectos ideológicos que se ligam a ele não são imutáveis; estão sempre mudando conforme o país, a realidade social e econômica locais. Por isso, o populismo é considerado uma ideologia tênue (Mudde; Kaltwasser, 2019) e sua notável plasticidade faz com que se conecte e seja assimilado por conjuntos de ideologias mais robustas e estruturadas, inclusive antidemocráticas.

O populismo se torna autoritário quando tenta desqualificar e destruir instituições democráticas, a divisão de poderes e concentrar muito poder em uma única liderança – práticas constituintes do que se entende por extrema direita (Mudde, 2019). A divisão do espaço social entre “nós” e “eles” assume a intenção de eliminar adversários; e as “elites” são convertidas discursivamente em inimigos, em “um grupo imoral, corrupto, que deve ser eliminado pelo bem do povo” (Barros; Lago, 2022, p.89) – uma lógica binária e moralista na qual qualquer oponente do povo é necessariamente ruim (Mudde, 2004). Esses discursos são potencializados pelo ambiente digital, segundo Cesarino (2020), pois a própria arquitetura das redes sociais favorece a livre viralização de conteúdos muitas vezes desinformativos, ofensivos e até violentos.

No contexto contemporâneo, líderes populistas autoritários não renunciam ao processo eleitoral. Eles cumprem os ritos da disputa, mas uma vez eleitos, distorcem e alteram regras eleitorais e rebaixam instituições que os permitiram chegar ao poder. Ao se encaixar em grande parte dessas definições, o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, tem sido inserido no rol desses líderes Urbinati, 2019; Cesarino, 2020; Finchelstein, 2020; Guerreiro, 2023; Gagliardi; Guazina; Albuquerque, 2025). Como já pontuado, certas construções discursivas dão sustentação ao populismo. No caso de Bolsonaro, as bases fundamentais de sua retórica são: 1) antipetismo; 2) conservadorismo moral; 3) militarismo e 4) discurso antissistema.

A lógica de divisionismo social bolsonarista associa a “elite corrupta” à esquerda, especialmente ao PT (Solano; Ortellado; Moretto, 2017; Messenberg, 2017). Os polos antagonistas de seu discurso não indicam classe social; não se trata de “pobres” x “ricos”. A “elite” a qual ele se opõe “é essencialmente a administrativa, a cívica e a intelectual. Não existe nenhuma oposição à burguesia financeira, industrial, eclesiástica ou agrícola” (Barros; Lago, 2022, p.103). A elite administrativa é representada por setores da burocracia estatal, principalmente carreiras típicas de Estado (com exceção das corporações policiais). Segundo Lotta et al (2023), durante o governo Bolsonaro, áreas de políticas públicas ambientais, direitos humanos, desenvolvimento social, saúde etc, sofreram muitos desmontes, interrupções, normas e legislações foram ignoradas e mecanismos de transparência e *accountability*, desconsiderados – práticas *anti-establishment* recorrentes entre populistas autoritários (Lotta et al, 2023).

O divisionismo discursivo bolsonarista vai além: contrapõe o povo, ou seja, os cidadãos de bem e seus valores morais tradicionais às agendas progressistas das elites culturais/artísticas e intelectuais do Brasil. A esquerda teria a hegemonia da produção de sentidos e do plano cultural (Barros; Lago, 2022). Esse antagonismo também dá base ao conservadorismo moral. Nesse sentido, a ideia de família estaria contaminada pela esquerda, que supostamente pretende destruir a família tradicional brasileira patriarcal e heteronormativa.

O foco na pauta de costumes está no centro da guerra cultural – mecanismo de manutenção de engajamento permanente da base bolsonarista (Rocha, 2023). Essa cruzada moral explica a adesão de muitos cristãos ao bolsonarismo, sobretudo evangélicos, mas também serve de aceno às Forças Armadas (FA) e corporações policiais – as bases mais longevas e enaltecidas em seu governo (Gagliardi; Guazina; Albuquerque, 2025). A trajetória de Bolsonaro como ex-oficial das FA compõe, em seus discursos, o

culto à violência e o desejo de aniquilação de adversários como meios de restaurar a ordem (Starling; Lago; Bignotto, 2022). Os elementos que alicerçam a retórica autoritária bolsonarista podem ser assim sintetizados:

Quadro 2 - Valores que alicerçam a retórica bolsonarista

Base Retórica Bolsonarista	Elementos Centrais	Referências
Antipetismo	Discurso anticorrupção Desqualificação do campo progressista	Solano, Ortellado e Moretto (2017), Messenberg (2017), Borges (2024)
Conservadorismo moral	Defesa da família tradicional Aceno a evangélicos Rejeição a direitos das minorias sociais	Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015), Almeida (2019), Gracino Junior, Goulart e Frias (2021)
Militarismo	Autoritarismo Armamentismo Aniquilação de adversários Apoio à violência policial Justificativa para golpe de Estado	Starling, Lago e Bignotto (2022), Pinheiro-Machado e Vargas- Maia (2023), Gagliardi, Guazina e Albuquerque (2025)
Discurso antissistema	Antipolítica Ataques às instituições e à democracia Críticas à burocracia, intelectualidade, imprensa e artes	Guazina (2021), Barros e Lago (2022), Lotta <i>et al.</i> (2023), Rocha (2023)

Fonte: elaboração própria

Ao conquistarem forte presença nas ALs nas duas últimas eleições, como demonstrado na Introdução, representantes da extrema direita povoam esses espaços com os valores e ideologias da retórica bolsonarista, como será visto adiante.

Desenho metodológico

Para executar esta investigação, associamos pesquisa documental para identificar as emissoras em funcionamento por meio de contato com chefias e Lei de Acesso à Informação, entrevistas em profundidade, *survey on-line* e observação participante. Foram visitadas as TVLs de Minas Gerais (junho de 2024), Bahia (setembro de 2024) e Santa Catarina (dezembro de 2024). Entre os critérios para a escolha delas estão o alcance geográfico (emissoras de diferentes regiões), diferentes arranjos político-partidários (para contemplar as singularidades regionais) e conveniência (abertura das chefias em receber a pesquisadora).

O contato com as chefias nos permitiu estimar que atualmente trabalham nas TVLs cerca de 500 jornalistas². Cada uma das três visitas durou uma semana e, juntas, totalizaram 99 horas de observação participante – período em que foram realizadas 17 entrevistas em profundidade com jornalistas (oito homens e nove mulheres), escolhidos(as) com base na disponibilidade deles(as). Posteriormente, as entrevistas foram codificadas e analisadas no *software Atlas.ti*, que também produz alguns levantamentos quantitativos. Para a construção de alguns gráficos expostos neste trabalho, usamos códigos da linguagem *Python* produzidas pela ferramenta de Inteligência Artificial Generativa *ChatGPT* (versão GPT-5.5).

2 As TVLs do Amapá, Amazonas, Paraíba, Piauí e Rio de Janeiro não atenderam aos pedidos para participar da pesquisa. Usamos a Lei de Acesso à Informação (LAI) para obter os dados, mas até a conclusão da tese que deu origem a este paper não houve resposta.

Tabela 1 - Distribuição de entrevistados(as) por função

Função	Nº de entrevistas	Código de identificação
Produção	6	F4, F7, F9, F11, F16, F17
Edição	1	F5
Reportagem / Apresentação	7	F1, F6, F8, F10, F12, F14, F15
Gerência	3	F2, F3, F13
Total	17	F1-F17

Fonte: produzido pelas autoras

A aplicação do questionário aos jornalistas de todas as TVLs – entre maio e julho de 2025 – pretendeu identificar o perfil sociodemográfico, opiniões, valores profissionais e a frequência de determinadas práticas, atitudes e comportamentos. O plano inicial era obter uma amostra probabilística, ou seja, com resultados generalizáveis para todo o universo de TVLs Estaduais. Para que o *survey* chegasse aos(as) jornalistas, duas frentes de trabalho foram acionadas: a distribuição do questionário às chefias das TVs e à Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas (Astral), que congrega as emissoras associadas.

A estratégia, contudo, foi insatisfatória, então complementamos a formação da amostra com a técnica bola de neve, baseada na indicação que participantes da pesquisa fazem de outros potenciais participantes. Assim, mais respondentes foram contatados por meio de redes sociais (*LinkedIn* e *Instagram*), e recrutados com o auxílio do grupo da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública) no *WhatsApp*. A entidade reúne comunicadores de todo o país e de diversos órgãos públicos. Ao fim, foram obtidas 33 respostas válidas. Apesar de pequena e não probabilística, esta amostra representa um conjunto variado de jornalistas de 14 Estados das cinco regiões do Brasil e do Distrito Federal, com diferentes graus de experiência, idade e função exercida.

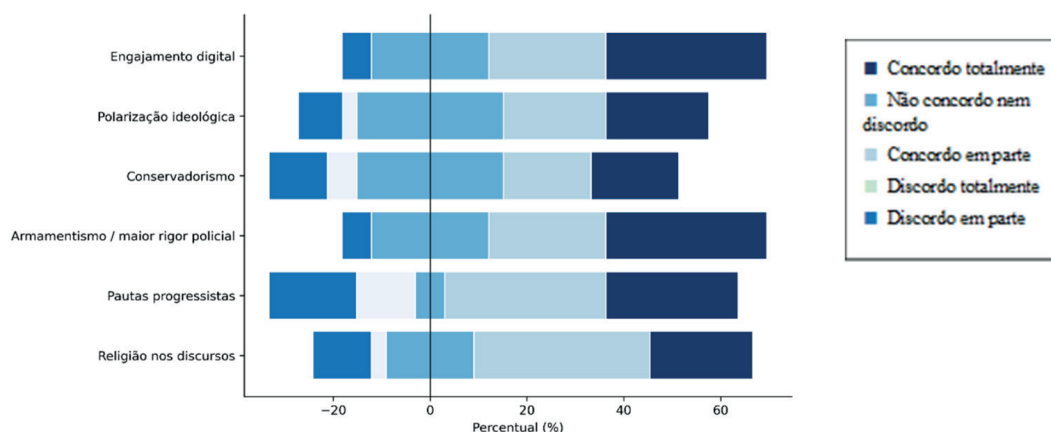
Apresentação e discussão dos resultados

As respostas ao *survey* mostram um grupo-alvo entre 31 e 40 anos (30%), seguido da faixa 41 a 50 anos (24,2%); composto majoritariamente por mulheres (60%); 48,5% se consideram pessoas pardas, enquanto 45,5% se dizem brancas e 6,1% se consideram pretas. Quanto à escolaridade, todos(as) têm ensino superior. Enquanto 42% são apenas graduados, 36,4% fizeram especialização ou MBA e 21,2% são mestres(as).

Questão sobre posicionamento ideológico mostrou que, somados, os(as) que dizem ser de esquerda, centro-esquerda e extrema esquerda representam 78,2% da amostra. Não houve registro de indivíduos na extrema direita, enquanto direita e centro-direita somam 6,2%, e centro, 9,4%. Embora os números sugiram um viés na amostragem, eles se assemelham à pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022), que aponta que 80,7% dos jornalistas brasileiros se consideram de esquerda. Logo, o segmento é majoritariamente de esquerda.

O *survey* também buscou identificar como os(as) jornalistas percebem o contexto político local. Pergunta sobre comportamento parlamentar pede ao(à) respondente que compare a legislatura anterior (2019-2023) com a atual (2023-2027) para medir o grau de concordância quanto ao envolvimento dos(as) deputados(as) sobre determinadas questões. Para analisar o gráfico, deve-se considerar que o eixo X (horizontal) representa o percentual de respostas distribuídas em torno do ponto zero. Os valores posicionados à esquerda do ponto zero indicam discordância em relação às afirmativas enquanto os valores à direita indicam concordância. A posição zero corresponde à categoria “não concordo nem discordo”, portanto de neutralidade:

Gráfico 1 - Comportamento parlamentar diante de alguns temas



Fonte: elaboração própria a partir de código Python gerado por IA

Não há uma percepção homogênea dos respondentes sobre as afirmativas propostas com exceção dos temas Engajamento digital (Parlamentares priorizam cada vez mais o engajamento de seguidores em suas redes sociais em detrimento das atividades parlamentares) e Armamentismo/maior rigor policial.

Considerando o percentual agregado de concordância, os temas Religião nos discursos (Há mais parlamentares que destacam a própria religião nos discursos e proposições, principalmente as denominações evangélicas), Conservadorismo (A legislatura atual é mais conservadora e resistente às transformações sociais) e Pautas progressistas também acumulam mais concordância, embora não acentuada, do que discordância ou neutralidade. Interessante notar como as duas últimas opções são contraditórias, o que sugere parlamentos heterogêneos e fragmentados. Por outro lado, a afirmativa Polarização ideológica trouxe uma percepção muito difusa apesar da leve inclinação para a concordância. Para aprofundar o assunto, a questão seguinte tratou dos temas que mais mobilizam os(as) parlamentares na visão dos(as) respondentes:

Gráfico 2 - Temas que mais geram mobilização parlamentar



Fonte: elaboração própria a partir de código Python gerado por IA

A pergunta admitia múltiplas respostas, portanto os percentuais não são excludentes e nem somam 100%. Temas de natureza econômica e produtiva (agronegócio e questões fiscais), que engariam muita articulação política, seguidos por questões sociais, centralizam as agendas legislativas segundo os(as) respondentes. Um segundo bloco de temas, com percentuais entre 39% e 42%, envolve, de um lado, a defesa de minorias sociais e questões ambientais e, de outro, a defesa de valores conservadores. Por serem divergentes, é improvável que um parlamentar que defenda um dos lados também defenda o outro, o que mostra uma disputa de valores entre grupos com agendas opostas.

O bloco seguinte, que traz os temas defesa da democracia e das instituições (27,3%) e defesa de maior rigor policial (24,2%), tem menor frequência relativa, mas ainda com menções significativas. Embora presentes no debate legislativo, tais pautas são percebidas como menos mobilizadoras do que aquelas associadas diretamente à economia e às disputas morais e identitárias. Os temas corrupção, desinformação, criminalidade e tráfico de drogas apresentam percentuais mais baixos, indicando que, na avaliação dos(as) respondentes, são assuntos que geram menos mobilização parlamentar, mas ainda recebem mais atenção do que o tema denúncias da violência policial, o menos citado. Isso sugere que, no geral, o apoio a medidas repressivas/ punitivistas tem mais relevância nos debates do que críticas à violência policial.

Uma leitura comparativa entre os gráficos revela pontos convergentes entre eles. Se no primeiro gráfico há elevada concordância quanto ao aumento da religiosidade nos discursos e ao endurecimento do debate da segurança pública, os resultados do segundo gráfico encontram correspondência quanto a defesa do conservadorismo e dos valores tradicionais e à defesa de maior rigor das polícias, ainda que tais temas não figurem entre os mais mencionados em termos absolutos.

Esse cenário conservador contrasta diretamente com a considerável correspondência entre Pautas progressistas (1º gráfico) e a Defesa de minorias sociais (2º gráfico). Embora não sejam temas que monopolizem os debates, eles indicam tensão na percepção dos respondentes acerca do comportamento parlamentar. Isso aponta a coexistência de agendas normativas muito distintas, e sugere, ainda, que a atuação parlamentar é vista como mais orientada por disputas ideológicas pouco conciliáveis.

Análise qualitativa das entrevistas em profundidade

As 17 entrevistas feitas com jornalistas TV ALMG, TV Alba (BA) e TV AL (SC) foram transcritas e trabalhadas no *software Atlas.ti*, próprio para análises qualitativas de dados não estruturados. Cada transcrição passou por uma leitura sistematizada para o estabelecimento de duas categorias, uma para agrupar temas relativos à atuação parlamentar, e outra para a atuação das equipes profissionais:

1) Ação político-parlamentar – cinco códigos que abrangem desde a noção estrita de poder legiferante e também condutas, valores e práticas dos(as) deputados(as). Os conceitos relativos ao populismo autoritário guiaram a elaboração dos códigos;

2) Ação profissional – quatro códigos que refletem práticas jornalísticas, decisões editoriais, além de atitudes, opiniões, percepções e relatos dos(as) entrevistados(as).

Esses códigos funcionam como um rótulo, uma etiqueta que classifica, qualifica e registra partes de um texto (Sampaio; Lycarion, 2022):

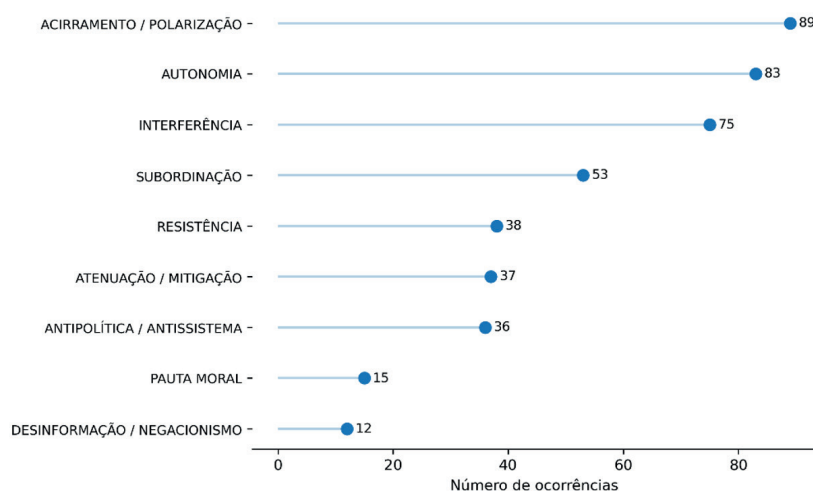
Quadro 3 - Breve definição dos códigos criados

Códigos	Definição
Ação político-parlamentar	
Acirramento / polarização	Quebra de consensos, discursos autoritários, interdição dos debates, recusa ao diálogo, violência política de gênero, posicionamentos extremos
Antipolítica / antissistema	Manifestações de desprezo e deslegitimação de instituições e práticas políticas tradicionais, enaltecimento da figura do <i>outsider</i>
Desinformação / negacionismo	Disseminação intencional e reiterada de informações falsas, distorcidas e/ou que negam consensos científicos e históricos
Interferências	Ações deliberadas ou não que interferem direta ou indiretamente nas rotinas produtivas e decisões editoriais
Pauta moral	Ênfase em pautas de costumes como eixo central do discurso político em oposição aos valores tradicionais; fundamentalismo religioso
Ação profissional	
Autonomia	Capacidade individual ou coletiva de tomar decisões, executar tarefas, estabelecer limites
Atenuação / mitigação	Redução de impactos de certos acontecimentos, discursos e práticas parlamentares considerados inapropriados, problemáticos
Resistência	Mecanismos de oposição, sejam individuais ou coletivos, contra práticas que interfiram negativamente nas rotinas de trabalho ou reduzam autonomia
Subordinação	Cumprimento de ordens ou diretrizes; escolha deliberada pela resignação e sujeição para evitar embaraços

Fonte: elaboração própria

Os códigos exprimem de forma sintética as falas mais significativas, então nem sempre o termo foi literalmente dito pelos(as) informantes. O *Atlas.ti* permite a seleção de grandes trechos de falas e a identificação deles com o código mais adequado à ideia expressada. A análise do *corpus* gerou a codificação de 316 trechos de falas assim distribuídas:

Gráfico 3 - Ranking de recorrência dos códigos



Fonte: elaboração própria a partir de código Python gerado por IA

Esses códigos devem ser interpretados como indicadores de densidade discursiva que servem

de matéria-prima para análises estritamente qualitativas, portanto, sem fins de inferência estatística. Nas subseções seguintes detalharemos as análises das entrevistas.

Comportamento político-parlamentar

Líder de recorrência (89), o código acirramento/polarização indica dificuldade de diálogo e construção de consensos. Para além das disputas partidárias e ideológicas naturais em uma casa política, esse código exprime posições parlamentares muito estanques, uma recusa ao entendimento que gera um clima mais tenso, propício até a troca de ofensas e que interfere na produtividade legislativa. F2 discorre a respeito: “Ter oposição, ter base, ter visões conflitantes é do jogo e sempre nos beneficiou na medida em que o equilíbrio interno existe como coisa da força política. Ok, tá no jogo. Agora... a gente percebe algumas coisas que extrapolam um pouco as regras de convivência da política, né?”.

A indisposição entre parlamentares adversários influencia diretamente as rotinas produtivas das TVLs na medida em que interfere no desenvolvimento (ou cancelamento) de pautas e modifica os enquadramentos, como reflete a produtora F4: “Eu acho que se reflete num medo muito grande de ouvir deputados diferentes [grupos ideológicos opostos] ao mesmo tempo. Então é isso, você perde um programa de debate! Você não faz o jornalismo de confronto mais. Você começa a ouvir um deputado, depois outro deputado, depois outro deputado. Você começa a ter muito dedo pra tratar de um tema”.

Naturalmente, as disputas políticas nacionais se refletem nos parlamentos subnacionais, mas F9 se queixa que elas assumem um protagonismo indevido: “De vez em quando eles têm umas brigas muito grandes, justamente a questão da bancada evangélica, principalmente depois de Bolsonaro, né? E aí um vai e chama o outro de “bolsonarista” [...] tinha muito isso de eles se ofenderem ou se defenderem por conta do chefe do executivo, né? Ou pro Lula ou pro Bolsonaro. Tem muito isso. No começo, quando o Lula ganhou, ficou muito também. Eles brigavam. Ficou mais tenso”.

O relato de F9 traz à tona outro aspecto mencionado pelos(as) informantes: a violência política de gênero. Os relatos colhidos durante a observação participante foram os mais contundentes nesse sentido. Há uma percepção de que os embates envolvendo mulheres parlamentares são mais hostis, desproporcionais, pois o tratamento dispensado a elas seria assimétrico em relação aos colegas homens.

Terceiro lugar geral em ocorrências (75), o código interferências se refere à influência dos arranjos políticos locais, mas também do atual contexto político no noticiário e decisões editoriais das TVLs. Embora cumpram uma função institucional, é possível dizer que, de modo geral, estas emissoras possuem liberdade para construir os enquadramentos de seus produtos. Contudo, o contexto político mais reacionário atravessa, sim, a produção de conteúdo, pois as agendas e interesses dos grupos políticos que integram as mesas diretas das ALs conseguem favorecer ou limitar os temas do noticiário.

A repórter F12 ilustra essa situação: “[...] alguns temas acabam ficando meio de lado, assim, que a gente fazia, tipo pautas mais focadas em... mais de esquerda, tipo direitos humanos. Outras voltadas mais para a ecologia também. [Entrevistadora]: Alguma coisa de gênero? F12: Não, essas coisas também a gente não pode pautar porque, na verdade, como tem essas pessoas que estão aqui eleitas agora [mais conservadoras], acabam mudando toda a diretoria de todos os setores. E daí, os assuntos que eram falados antes, de repente, eles não têm mais importância para essas pessoas [...] Eles gostam de abordar outras coisas. “Ah, vamos falar só sobre desenvolvimento econômico de Santa Catarina”.

Sétimo código mais recorrente (36), antipolítica/antissistema se refere a um conjunto de discursos e práticas que, paradoxalmente, indicam desprezo pelas instituições e pelo próprio fazer político, o que inclui ignorar e subverter a liturgia do cargo e até comportamentos nocivos à atividade parlamentar, inclusive atitudes antidemocráticas. No caso do comportamento antipolítica, há uma tentativa de desqualificar práticas essenciais ao exercício do poder legiferante, o que exige negociação e arranjos coletivos.

Informantes da TVAL mencionaram um episódio que exemplifica esse comportamento. A bancada

feminina, embora sempre pequena em relação ao número de homens, historicamente se manteve unida e encampando proposições em conjunto a despeito das diferenças partidárias. Contudo, pela primeira vez a bancada está desfalcada porque a deputada Ana Carolina Campagnolo (PL) se recusa a compor o grupo por ser uma mulher conservadora e antifeminista. Além disso, ela tentou emplacar um projeto de resolução que determinava a extinção da bancada.

“À medida em que chegaram os deputados mais conservadores, eles passaram a criar mais polêmicas nessas reuniões, né? Às vezes... dificulta o trabalho [das equipes]. Então, e cada vez mais você tem visto algumas situações em que o contraditório não está presente naquela reunião. Você tem reuniões com só um espectro.... Você tem, às vezes, mais reuniões para tratar de um mesmo assunto porque chega a um certo ponto que fica inviável eles conviverem no mesmo espaço”, relata o gerente F5.

A baixa disposição para expor e ouvir ideias e um trato mais hostil em debates, sobretudo quando há divergências ideológicas, também são comportamentos frequentes identificados pelos informantes. Com o tempo, essas práticas começam a alterar alguns aspectos da atuação parlamentar e, no limite, até da representação política. Foi possível captar uma percepção coletiva da redução do tempo que parlamentares destinam aos pronunciamentos nas sessões deliberativas e até de desinteresse na discussão de matérias (quando oradores se inscrevem para declarar as razões de serem favoráveis ou desfavoráveis a determinadas proposições) de solicitar aparte (quando parlamentares interrompem o orador, desde que autorizados e por tempo determinado, para acrescentar informações oportunas sobre a pauta debatida). Os plenários e comissões aparentam estar, portanto, menos interativos, dialógicos, com menos espaço para a formação de maiorias.

Muitos(as) têm valorizado mais as postagens nas redes sociais, principalmente os famosos cortes: vídeos editados, cheios de recursos visuais e sonoros para manter a base de seguidores/eleitores sempre engajada porque se adaptam melhor aos algoritmos das plataformas digitais. Mesmo ao ocupar as tão simbólicas tribunas para defender ou criticar pontos de vista e apresentar suas propostas, os discursos são convertidos em cortes pensados para viralizar. São comportamentos que seguem a dinâmica do populismo digital.

Parlamentares mais jovens, fenômenos de popularidade digital e mais alinhados à direita e à extrema direita, são mais adeptos dessa dinâmica, o que não exclui parlamentares de esquerda, mas com menos intensidade conforme observação dos(as) informantes. “A gente percebe que esse tipo de coisa hoje é um pouco mais contaminada, por exemplo, da coisa da rede social. O cara vai ali, causa o tumulto dele, grava esse recorte para a rede social e vai lá falar: ‘ó, tá vendo? Eu enfrentei a esquerda e falei na cara deles’ [...] a realidade, digamos, há uma construção de uma realidade que é paralela em relação a isso” (F2).

Essa resistência quanto aos “protocolos” tradicionais de uma casa de leis rende um outro tipo de capital político, que é se apresentar como um *outsider*, alguém supostamente sem trajetória política prévia, que circula em um espaço tradicional de poder, mas que não pertence a ele, pois, em tese, subverte suas regras. Alguns respondentes notam também um certo descaso quanto à imprensa em geral, uma prática populista antissistema: “A gente sempre teve direita e esquerda, governistas e oposição [...] E a gente sempre tinha o cuidado de colocar os dois lados, mas as coisas ficaram um pouco difíceis, elas ficaram um pouco mais... Delicada a situação. Os ânimos acho que se afloraram um pouco mais, né? Houve um acirramento [...] há quatro anos, seis anos atrás. Então, assim, os deputados novos que vieram dessa onda bolsonarista, que não eram da casa, eles tinham até acho que um pé atrás, porque eles já têm um pé atrás com a imprensa em geral” (F1).

Por fim, ainda na categoria comportamento político, os códigos pauta moral e desinformação/negacionismo, embora minoritários, não deixam de ter relevância, pois fundamentam agendas controversas do ponto de vista democrático. Além disso, ambos, sobretudo as questões morais, são elementos importantes do populismo autoritário. Há uma percepção de pelo menos metade dos(as)

informantes de que houve um crescimento dos discursos e embates sobre questões morais. As entrevistas informais durante a observação participante foram bastante elucidativas para entender isso.

Na ALMG, profissionais reclamaram da “inutilidade” de parte considerável de proposições apresentadas pela atual legislatura. Na ALESC, uma repórter observou uma onda de projetos de lei praticamente idênticos. As duas situações fazem referência a uma prática sistemática em diversas ALs, que é a replicação de projetos de lei sobre questões morais e de costumes, muito comum entre a extrema direita. PLs que dispõem sobre a leitura obrigatória da bíblia nas escolas públicas, criação de escolas cívico-militares, que questionam cotas/ações afirmativas e, principalmente, preveem a obstrução aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres são os mais lembrados pelos(as) jornalistas. A repórter F12 nota uma apropriação calculada de temas de costume: “Os discursos às vezes são focados até pra causar... Muita retórica. “Vamos falar de aborto porque é um assunto que rende e depois a gente pode usar em rede social”. São projetos que promovem uma replicação ideológica de pautas que geram fortes reações emocionais.

Quanto ao código desinformação/negacionismo, os relatos evidenciam que as falas desinformativas são mais frequentes quando parlamentares querem desqualificar adversários e campos políticos opostos, atribuindo a eles supostos atos de corrupção ou atitudes moralmente condenáveis, mas sem comprovação. A forte moralização das pautas favoreceria isso. Os projetos de lei sobre “ideologia de gênero” e sobre a proibição do uso de banheiros públicos por pessoas transsexuais são exemplos de temáticas propícias ao pânico moral, de criação de inimigos públicos – estratégias discursivas características do populismo.

Em uma conversa informal, uma editora baiana lembrou um episódio dessa natureza: “Tive problema com uma deputada na legislatura anterior, uma de extrema direita. Ela fez uma audiência pública e mandou uma *fake news* sobre criança. Quando subimos o conteúdo no *YouTube*, ele deu *strike* [expressão que indica exclusão de vídeos quando alguém ou empresa registra denúncia na plataforma por violação de direitos autorais ou por conteúdo impróprio]. Aí chamamos ela e explicamos as razões, que ferimos os regulamentos. Ela não gostou”.

Importante ressaltar que a percepção de uma escalada de tensão nos plenários ao longo do tempo não é unânime entre os entrevistados. A Bahia, ao contrário de outros estados, é bem mais influenciada pelas disputas políticas regionais – historicamente marcadas pela rivalidade entre carlistas³ x petistas/lulistas. Mesmo com quatro eleitos pelo PL na Alba em 2022, os arranjos políticos locais são singulares a ponto de deputados da sigla demonstrarem apoio ao atual governador Jerônimo Rodrigues (PT) – uma aliança impensável em outros estados.

Ação profissional

Para a categoria que abrange as condutas profissionais estabelecemos quatro códigos: autonomia, subordinação, resistência e atenuação/mitigação. As TVLs Estaduais não possuem manuais de redação e linhas editoriais bem estabelecidas. Há regras tácitas, repassadas verbalmente, construídas ao longo dos anos e que compõem a cultura organizacional destas emissoras. Episódios polêmicos e difíceis costumam ser analisados caso a caso.

Mais recorrente (83), o código autonomia foi o mais complexo em termos de análise, pois à primeira vista, infere-se que as TVLs desfrutam de elevada autodeterminação. Na verdade, o alto número de ocorrências indica um processo constante de negociação das emissoras para demarcar o próprio território, estabelecer critérios adequados às rotinas produtivas e para que estes sejam cumpridos. Tanto o survey quanto as entrevistas mostraram que a negociação da autonomia está mais ligada aos fluxos de trabalho do que a possíveis interferências editoriais, embora elas existam.

3 Referência a Antônio Carlos Magalhães (ACM), ex-governador da Bahia, deputado federal e senador, morto em 2007.

Os(as) jornalistas percebem que as emissoras conseguem fazer valer suas próprias dinâmicas de trabalho dentro dos limites materiais e humanos disponíveis. Gerentes e editores(as) mostram que mecanismos estabelecidos ao longo do tempo buscam “blindar” ou, pelo menos, reduzir os graus de pressão externa sobre as redações e até protegê-las em caso de cobranças. Isso é feito por meio de medidas formalizadas (memorandos ou outros documentos) ou mesmo informais que estabelecem critérios e exigências para a realização de coberturas de eventos, transmissões ao vivo e viagens. Na prática, as TVs buscam meios de não ficarem a serviço do personalismo e promoção pessoal de deputados(as) embora nem sempre seja possível (presidentes das ALs e de comissões permanentes mais importantes naturalmente têm mais visibilidade).

Com um número intermediário de ocorrências (53), subordinação indica, ao contrário de autonomia, o cumprimento de ordens e/ou escolha deliberada pela resignação para evitar embaraços. Muitas vezes as TVLs precisam se alinhar ao discurso institucional da presidência da AL a cada nova legislatura. Situações que podem comprometer a imagem institucional da AL impõem mais interferências ao trabalho das TVs. Nesse sentido, plenários mais polarizados naturalmente multiplicam os confrontos menos amigáveis, como expõe F10: “Aqui ou silencia, corta a sessão [interrompe a transmissão], ou muda o ângulo pra não mostrar esse lado [brigas mais acaloradas] ... Então, muitas vezes, a gente é bem lapidado aqui, fica adestrado. A gente dá a notícia de maneira extremamente imparcial, entende? Não fala o que aconteceu. Se fulano bateu, xingou, não se fala isso”.

O tom mais beligerante entre parlamentares adversários interfere no noticiário e, logo, na programação das TVLs na medida em que influencia o desenvolvimento de pautas, modifica enquadramentos e até formatos de programas, como expõe F4: “Se você notar a programação, a gente tem programas só com um deputado. A gente não tem programa de debate mais. Antes, a gente tinha o Assembleia Debate, um programa com quatro deputados se engalfinhando. Então, você tem uma mudança nos formatos, você tem uma mudança no entendimento do que é o parlamento e o que o trabalho de comunicação deve ser, aí você tem uma mudança editorial, né?”.

Frente a uma elevação de situações como essa, que colocam as equipes diante de dilemas editoriais, nos quais critérios jornalísticos se contrapõem à racionalidade política, a TV na qual F12 trabalha optou por uma decisão drástica: “Nessa nova gestão, as matérias que a gente faz são só de aprovação de projeto de lei. Então, normalmente, quando tem discussão no plenário, a gente não faz matéria [...] Eu tô achando estranho. Normalmente a gente fazia isso, mas na atual administração a gente parou de fazer matéria que não seja de aprovação de projeto [...] Bem burocrático mesmo, bem protocolar. Mas assim, de matéria mais aprofundada, de coisas polêmicas, nesse caso simplesmente nunca entraria”. F16 endossa a medida: “Hoje, essa coisa do extremismo dentro das discussões entre eles é muito mais forte do que antes. Sinceramente? Eu acho maravilhoso a gente não precisar se envolver nisso porque aquelas discussões ali [...] umas questões morais, são coisas individuais”. O entrevistado entende que a imprensa *mainstream* já dá bastante destaque a essas discussões, então as TVLs podem se poupar dessas situações.

Com 38 e 37 ocorrências, respectivamente, os códigos resistência e atenuação/mitigação completam a categoria Ação profissional. Enquanto o primeiro classifica condutas editoriais mais posicionadas por meio de medidas de oposição contra práticas que interfiram negativamente nas rotinas de trabalho, o segundo trata da minimização de discursos e práticas parlamentares considerados inapropriados ou problemáticos. Percebe-se uma sensação coletiva de que em um contexto político mais reacionário as equipes são cada vez mais provocadas a tomar essas decisões. Ao contrário de situações em que a subordinação é o caminho possível, a resistência surge nos momentos em que as TVLs buscam meios de manter certos padrões editoriais de qualidade ou são vigilantes para pelo menos não contaminar a programação com agendas, às vezes, autoritárias.

F2 discorre sobre o argumento que sua equipe já empregou para construir uma programação mais alinhada a valores democráticos: “De certa maneira, a Constituição é o grande valor que a gente

vai ter ali [nas coberturas]. Respeito aos direitos humanos, é isso! Então, por isso que [...] as diretrizes, digamos que, como é que não vêm dali? Se precisar justificar é: 'Eu não tenho que entrevistar torturador aqui'. Porque o torturador está fora desse campo [democrático]. Ele não é, digamos, um participante ativo dessa conversa. Ele é o que extrapola a regra do jogo. Então, nós vamos entrevistar a pessoa que foi torturada, quem vocaliza os interesses das pessoas que foram torturadas, mortas, desaparecidas”.

O mesmo raciocínio guia a recusa a trabalhar certos temas que as equipes consideram equivocados. Nesses momentos, critérios jornalísticos se impõem frente a racionalidade política: “Era uma complicação ter que falar de ideologia de gênero. Se for pra falar de ideologia de gênero, vou começar a falar o quê? Que a terra é quadrada agora? É um termo que não tem lastro nas ciências sociais [...] É uma falácia, é uma construção...Manipulada. Então, como é que a gente vai cobrir isso quando isso aparece? Eu vou trazer um cara aqui pra falar de ideologia de gênero? Eu não vou. Então, isso se reflete na dificuldade de cobrir alguns temas” (F4).

Para o repórter F5, não é necessário agir como se um fato problemático protagonizado por parlamentares não aconteceu, mas ele é atenuado no noticiário: “É quando, assim, rola uma baixaria muito grande. Tu coloca lá no VT de plenário, de 3 minutos, coloca aquilo lá [a briga] como 10 segundos. O foco não é esse. O que pra imprensa de fora seria o *lead*, aqui é nota de rodapé”.

F4 reflete como esse desgaste vem crescendo ao longo do tempo: “A gente vem com uma onda conservadora maior, uma polarização maior, uma pandemia que afasta completamente as pessoas do parlamento [...] e vem com uma guinada da instituição mais pra comunicação institucional, pra imagem da Assembleia, pro presidente, você não tem tanto desejo de interferir, de criar mais. Então, acho que talvez antes você tinha mais liberdade. A gente é docilizado nisso tudo, né? Essa mudança, ela é subjetiva também [...] reflete na nossa conduta. Eu vou ficar batendo a cabeça na parede sugerindo uma reportagem?”.

Considerações finais

Juntos, os dados do questionário e, principalmente, as interpretações que emergiram da análise das entrevistas, produzem três conclusões:

1) empobrecimento do debate público: as análises mostram parlamentos subnacionais mais conservadores, reacionários e divididos. Os jornalistas notam maior engajamento digital parlamentar em detrimento das atividades legislativas típicas, defesa do armamentismo e maior rigor policial, discursos com maior apelo à religiosidade e defesa do conservadorismo e dos valores tradicionais. Em contraste, igualmente geram mobilização parlamentar temas progressistas, como defesa de minorias sociais, preocupação com questões ambientais e com ataque às instituições e à democracia – temas divergentes que elevam o tom “nós” x “eles”. Os confrontos viram estratégias de engajamento e viralização nas redes sociais – atitude que desqualifica o parlamento como espaço dialógico. São características do populismo autoritário, que se sustenta em práticas e retóricas antipolítica que deslegitimam instituições e buscam a divisão moral do espaço público.

2) aumento das zonas de tensão e dilemas éticos e editoriais: o rebaixamento dos discursos, o acirramento e o empobrecimento das agendas de interesses nos parlamentos são fatores que interferem em diferentes níveis nas rotinas de produção das TVLs. Na prática, há um comprometimento dos conteúdos, modificação dos enquadramentos e dos formatos. Quando os(as) jornalistas relatam que minimizam falas problemáticas ou buscam atenuá-las, isso demonstra a adoção de estratégias editoriais. Os relatos sugerem coberturas mais distantes e burocráticas, sem muitos detalhes sobre os temas que agitam os plenários. Certas temáticas, ainda que relevantes e pautem os debates públicos, deixam de ser trabalhadas por temor das reações que possam causar. Chefias se antecipam a possíveis embaraços e se tornam mais resistentes a veicular no noticiário materiais que expõem conflitos mais acirrados ou que contrariam a posição majoritária das ALs. Instaura-se um regime de visibilidade que limita a presença da

correlação de forças envolvidas no processo legislativo.

3) Interferências e subordinação coexistem com estratégias de autonomia e resistência: os(as) jornalistas, embora às vezes se submetam a ordens que limitem sua atuação, também buscam meios de contrariar essas diretrizes. A associação entre autonomia e resistência evidencia que os(as) profissionais não são sempre agentes passivos de pressões institucionais e políticas, mas agentes ativos que mobilizam estratégias cotidianas para preservar margens de decisão. A autonomia não se apresenta como um atributo institucional estável, mas como prática situada, construída a partir de negociações editoriais constantes, escolhas de enquadramento e formas de mediação que buscam conciliar valores profissionais com as condições concretas de produção que quase nunca são as ideais. Mitigar e/ou atenuar as questões mais problemáticas, como falas desinformativas ou mesmo posturas autoritárias, não significa omissão e sujeição profissional – pelo menos nem sempre. Significa hierarquizar, contextualizar e reduzir a centralidade de falas e comportamentos questionáveis, além de evitar a legitimação de falácias que ecoam nos discursos parlamentares. São filtros editoriais que reforçam o papel ético das equipes das TVLs. Logo, não há um determinismo, pois as emissoras alternam episódios de esquiva com táticas de imposição de critérios jornalísticos e éticos.

Esses tópicos sintetizam a constatação de ALs com plenários mais acirrados/polarizados e que reproduzem rivalidades do cenário político nacional no qual adversários políticos se convertem em inimigos; as agendas de interesse e que mais mobilizam a atividade parlamentar giram em torno de pautas morais calcadas em valores tradicionais, fundamentalismo religioso, mais armamentismo e rigor policial. Essas pautas rivalizam com o aumento de agendas pró-minorias sociais, de preocupação com ataques às instituições e à democracia. São tensionamentos que repercutem tanto nas condutas profissionais individuais quanto nas decisões editoriais coletivas, que passam a envolver escolhas complexas sobre visibilidade, enquadramento, receio de abordar certos temas, até autocensura e mudanças de formatos dos programas diante da circulação de discursos desinformativos e de condutas antipolítica.

Referências

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2003

BARROS, Thomás Zicman.; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOLOGNESI, Bruno.; RIBEIRO, Ednaldo.; CODATO, Adriano. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **Dados**, v. 66, n. 2, 2023. Disponível em <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>. Acesso em 23 ago 2025.

BORGES, André. As duas faces da nova direita brasileira: antipolítica e reação conservadora. **Opinião Pública**, v. 30, 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995**. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências (Lei do Cabo). Brasília, DF: Presidência da República, [1995]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8977.htm.

CALDEIRA NETO, Odilon.; FORTI, Steven. A extrema direita em perspectiva: espaços, abordagens e alcances. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 49, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2023.1.43916>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CAMARGO, Camila.; PERES, Janaina.; LARANJA, Lara.; SILVA, Luciana. **Perfil dos eleitos nas eleições de 2022**. Brasília: Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2022.

CARVALHO, Ginny; LEMOS, Cláudia. Plenários ao vivo: um mapeamento das transmissões dos parlamentos do continente americano. **E-Legis**, Brasília, v. 14, n. 36, p. 32-72, set./dez. 2021. Disponível em <https://e->

legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/692. Acesso em 23 ago 2025.

CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, 1 (1), 91-120, 2020. Disponível em <https://encurtador.com.br/Axvju>. Acesso em 07 ago 2025.

CRAIN, Mark.; GOFF, Brian. **Televised legislatures: political information, technology, and public choice**. Norwell: Kluwer Academic Publishers, 1988.

COIMBRA, M.; SANTOS, Deborah; OLIVEIRA, Luiz Ademir; MONTUORI, Carla. Comunicação política e midiática: o embate de Bolsonaro com a imprensa. **Intexto**, Porto Alegre, n. 52, p. 98933, 2021. DOI: 10.19132/1807-8583202152.98933. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/98933>. Acesso em: 5 set 2025.

GAGLIARDI, Juliana, GUAZINA, Liziane, ALBUQUERQUE, Afonso. Supreme Is the People – Populist Elements of Bolsonaro’s Rhetoric. In **Media, Populism and Hate Speech**. Leiden, The Netherlands: Brill. Disponível em https://doi.org/10.1163/9789004721326_007. Acesso em 04 ago 2025.

GUERREIRO, Ana Gabriela. **A Normalização do discurso de Jair Bolsonaro pela mídia mainstream brasileira**. 328 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

FINCHELSTEIN, Federico. Para una historia global del populismo: rupturas y continuidades. **Conhecer: debate entre o público e o privado**. Vol. 10, n. 24, 2020. Acesso em 12 mai 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GRAMACHO, Wladimir. **Introdução à metodologia experimental**. São Paulo: Blucher, 2023.

LACLAU, Ernesto. **Populismo: qué nos disse el nombre?**. In: PANIZZA, F. (org) **El Populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

LIMA, Samuel; NICOLETTI, Janara; MICK, Jacques. **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Quorum Comunicações, 2022.

LOTTA, Gabriela et al. A resposta da burocracia ao contexto de retrocesso democrático. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 40, p. e271510, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.40.271510>. Acesso em 19 jul 2025.

MUDDE, Cas. **The populist zeitgeist**. *Government and opposition*, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004.

MUDDE, Cas. **La ultraderecha hoy**. Barcelona, Espanha: Editorial Planeta, 2021.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populismo**. Una breve introducción. Madrid: Alianza Editorial, 2019.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2022.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana.; VARGAS-MAIA, Tatiana. Por que precisamos de uma nova estrutura para estudar a extrema-direita no Sul Global. **Global Dialogue**, v. 13, n. 1, p. 16, 2023.

RENAULT, Letícia. **Comunicação e Política nos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil**. Belo Horizonte: ALMG, 2004.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SAMPAIO, Rafael.; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SILVA, Gislene. *et al.* Análise da apuração jornalística na cobertura da posse de Jair Bolsonaro. **Novos Olhares**, v. 9, n. 2, p. 7–20, 12 dez. 2020. Disponível em 10.11606/issn.2238-7714.no.2020.172488. Acesso em 02 set 2025.

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio Moretto. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma de previdência. **Em Debate**, v. 9, n. 2, p. 35-45. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/7.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

STARLING, Heloisa M.; LAGO, Miguel; BIGNOTTO, Newton. **Linguagem da destruição**: a democracia brasileira em crise. São Paulo : Companhia das Letras, 2022

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 197-212.

URBINATI, Nadia. **Me the people**: how populism transforms democracy. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2019.

Bruna Mastrella é doutora em Comunicação (UnB), coordenadora do Comitê de Regulamentação da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública) e jornalista na Assembleia Legislativa de Goiás. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Liziane Guazina é professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT-DSI) e líder do Observatório do Populismo do Século XXI. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica e apoio na revisão de texto.